

INDISCIPLINA ESCOLAR: uma realidade da sociedade contemporânea

School indiscipline: a reality of the contemporary society

Rizelda da Silva Beserra Dantas¹

Yngrid Lima Varjão¹

Resumo: O presente estudo problematiza causas que contribuem para a indisciplina escolar e possíveis sugestões para que uma reflexão seja feita de modo a cooperar para o sucesso escolar. A indisciplina muitas vezes é vista como um problema social, haja vista que os alunos de hoje serão os profissionais de amanhã e constituirão, num futuro próximo, a sociedade. Este estudo pretende apresentar as teorias acerca da indisciplina escolar e o papel do professor na resolução dos conflitos no espaço escolar. Busca-se, dessa maneira, através de uma pesquisa bibliográfica, procurar e apresentar possíveis caminhos para amenizar tais situações. O trabalho do educador, nesse processo, torna-se imprescindível, pois além de observar a diversidade cultural, social e econômica, ele deve conhecer as histórias individuais que cada aluno traz para que o objetivo de cumprir o ato de ensinar com êxito abranja a todos. Os resultados preliminares demonstram a importância da definição de regras para a convivência no espaço escolar e como a escola tem a importante função de contribuir na formação de alunos autônomos e críticos. Por fim, enfatiza-se a formação do professor como um profissional reflexivo que auxiliará o aluno a conscientizar-se do seu papel transformador na sociedade atual.

Palavras-chave: Indisciplina escolar. Formação. Educação.

Abstract: This study discusses some of the causes that contribute to school indiscipline and possible suggestions for a reflection to cooperate for school success. The indiscipline often is seen as a social problem, because the students will be the future professionals in the society. This study aims to present theories about school indiscipline and the teacher's role in conflict resolution at school. In this way, through a literature review, this article wants to understand this school fragility, presenting possible ways to mitigate such situations. The teacher's work, in the process, it is essential, as well as observe the cultural, social and economic, it must know the individual stories that each student brings to the goal of fulfilling the act of teaching successfully covering the all. The preliminary results demonstrate the importance of setting rules for coexistence at school and how the school has the important function of contributing to the formation of autonomous and critical students. Finally, it is emphasized the formation of the teachers as a reflective practitioner that it will help the student to become aware of its transformative role in society today.

Keywords: School indiscipline. Teaching training. Education.

Introdução

Diversidade, mudança e fragmentação são algumas características da sociedade atual. Naturalmente, inserem-se nesse contexto de sociedade contemporânea demandas amplas e complexas e, com isso, inúmeros problemas e crises que não se restringem somente à parte econômica, mas também à educação e à instituição familiar.

A indisciplina tem sido uma realidade cada vez mais comum no meio social e no ambiente escolar. Ela não acontece por acaso, geralmente tem sua origem em uma base familiar desestruturada ou na própria violência vivenciada nos grupos sociais, ou seja, muitos dos atos de indisciplina que ocorrem na escola são reflexos de um momento histórico e das ações da própria sociedade.

A escola, em amplas linhas, tem entre seus objetivos, “propiciar a aquisição dos ins-

¹ Centro Universitário Leonardo Da Vinci – UNIASSELVI – Rodovia BR 470 - Km 71 - nº 1.040 – Bairro Benedito – Caixa Postal 191 – 89130-000 – Indaial/SC Fone (47) 3281-9000 – Fax (47) 3281-9090 – Site: www.uniasselvi.com.br

trumentos que possibilitam o acesso ao saber elaborado (ciência), bem como o próprio acesso aos rudimentos desse saber” (SAVIANI, 2005, p. 14). Porém, no contexto que se encontra a sociedade atual, a escola, além de propiciar conhecimento, vem focando na resolução de problemas de relacionamento e convivência que dificultam o processo de ensino-aprendizagem e as relações interpessoais, ocasionados, muitas vezes, pela indisciplina.

Diante disso, a escola, a família e a sociedade necessitam criar estratégias para que a indisciplina não desvie a formação de cidadãos saudáveis. Contudo, qual é o papel da família? Qual é o papel da escola? O que o professor pode fazer na sua prática de ensino? Passa-se, a partir de agora, a refletir sobre a indisciplina na atualidade.

Indisciplina escolar: um desafio da atualidade

Diante dos avanços da sociedade, o ser humano busca sistematizar o seu meio, instituindo maneiras de organizar a sociedade como um todo. Para isso, ele criou inúmeras instituições sociais com diferentes finalidades.

Uma das instituições criadas pelo ser humano foi a escola. Mesmo que considerada em muitas sociedades como uma instituição secundária, é nesse ambiente que se disseminam e ampliam os saberes e se estruturam os futuros profissionais para a sociedade e para o mercado de trabalho. A escola adquiriu essa importância com o passar do tempo e com as percepções de que o saber é essencial e transformador. A indisciplina escolar não envolve apenas atitudes vindas de fora da escola, como os problemas sociais, a sobrevivência precária e a baixa qualidade de vida, mas atitudes desenvolvidas na própria escola, como a relação professor-aluno, o currículo oculto, entre outros.

Assim, lidar com o conhecimento científico e com a humanidade, que está em constante evolução, tornou-se uma exigência e um compromisso social que a escola assumiu perante os educandos e perante a sociedade. A realidade que se vive demonstra que tal papel, assumido pela escola, não está, de fato, sendo cumprido, uma vez que o atuar em sala de aula com excelência depende de muitos fatores, como boas condições estruturais, psicológicas, sociais, políticas, familiares, entre outras, que deveriam ser dignas para que o trabalho dos educadores se consolide no dia a dia na escola. Conforme Machado (2004, p. 129):

[...] o que de fato ocorre é que as condições de trabalho do professor são insatisfatórias, sobretudo do ensino fundamental. Essas condições incluem, naturalmente, a remuneração, mas não se esgotam nela. O regime de trabalho pode ser até mais importante do que a remuneração nominal. Mesmo que as escolas particulares não atentem para isso [...].

As condições que Machado (2004) aborda referem-se à valorização dada ao profissional de ensino que, conseqüentemente, acaba atingindo os alunos, uma vez que muitos educadores vivem sem tempo para si, trabalhando horas além do seu limite físico e mental. O profissional da área da educação, muitas vezes, limita-se a aulas expositivas e/ou teóricas porque não dispõe de tempo para organizar as aulas de maneira atrativa, gerando, em grande parte dos alunos, insatisfação, falta de interesse, baixo rendimento, resultando na indisciplina escolar. Contudo o tema necessita de atenção, pois, envolve macro e micro sociedades, ou seja, comunidade, família e escola. Caso não haja reflexão acerca da indisciplina, ela pode estimular os envolvidos ao mundo da violência e da criminalidade gradualmente. Para entender a real significação da indisciplina escolar, pode-se partir do conceito de disciplina, que, conforme postula Aquino (2003, p. 33):

A disciplina [...] equivaleria à saúde mental, e a docilidade constituiria seu critério maior. Desobedecer, portanto, seria sinal de problemas ligados à infraestrutura psicológica, mais precisamente à introjeção de determinadas funções morais apriorísticas, tais como: permeabilidade a regras comuns partilha de responsabilidades, reciprocidade, cooperação, solidariedade etc.

Nesses termos, como postula Aquino (2003), a indisciplina é o oposto, refere-se a um desequilíbrio, à falta de assiduidade, de reciprocidade e, maiormente, de responsabilidade. Assim, um aluno ou um professor indisciplinado é alguém que tem um comportamento desviante com relação a uma norma, explícita ou implícita, sancionada em termos escolares e sociais.

Apresentam-se, a seguir, as possíveis causas da indisciplina.

Causas da indisciplina escolar

A indisciplina escolar não é uma birra causada pela falta de amadurecimento, mas ela implica na “[...] não obediência às normas criadas ou situações muito abertas carentes de normas. Portanto, a disciplina se relaciona com a clareza das normas, [...] um complexo de proibições [...]; ex.: aluno que fala alto [...]” (NOFFS, 1989, p. 40). Por muitas vezes, tem em suas raízes motivos advindos da vivência do aluno, da história de vida, do ambiente familiar e/ou das companhias.

A família que é, em suma, iniciadora do processo de aprendizagem, é influenciadora direta ou indiretamente da indisciplina escolar, já que é a base, a estrutura inicial, a origem de toda a formação do ser humano. As relações de convivência que os alunos têm em seus lares são as mesmas que eles têm em sala de aula e, principalmente, no seu comportamento diário com os colegas. Assim, uma vez que a família esteja passando por uma crise, a educação e o ensino entrarão em crise também e, por consequência, a sociedade se desestruturará em algum momento. De acordo com Taille (2003, p. 52):

[...] e as crianças entram nesse universo de normas e de atritos desde a mais tenra idade. Portanto, os limites físicos colocam a dimensão do impossível, os limites normativos colocam a dimensão do proibido. Restringem a liberdade em nome de valores. E são, muitas vezes, vividos de forma penosa.

A instituição primária, a família, ganhou novas estruturas e até mesmo criou novos valores e condutas. Quando comparada às famílias dos séculos anteriores, são nítidas as diferenças. Atualmente, não há apenas um único modelo de família, mas vários, e todos possuem valores, histórias de vida que englobam conquistas e problemas. Segundo Aquino (2003, p. 41-42):

Nos dias atuais, é difícil encontrar entre os educadores um consenso tão solidificado, (e igualmente questionável) relativamente a esse tema quanto aquele em que se atribui grande parte dos problemas escolares cotidianos ao modo como estão organizadas as famílias de nossos alunos. Daí a falência da ideia de educação como um ofício ‘a quatro mãos’. Famílias que não estariam suficientemente preparadas para a difícil tarefa de educar; famílias cujos responsáveis não supervisionam atentamente a conduta de sua prole; famílias que não promovem uma rotina estável que favoreceria aos filhos a aquisição de hábitos virtuosos e outros atributos morais; enfim, famílias ‘desestruturadas’ - eis o diagnóstico reiterado pela grande maioria dos profissionais da educação para justificar a indisciplina de parte do alunado. A queixa parece ser unânime. Das escolas privadas de elite às escolas públicas de periferia dos centros urbanos, quase todos parecem crer que a maioria das famílias brasileiras se encontraria atualmente em um estado denominado genericamente de ‘desestruturação’, o qual seria responsável, por sua vez, pela dissemi-

nação de crianças e jovens 'sem limites'.

Aquino (2003, p.45), ainda sobre a nova constituição de família, postula que:

[...] o fato é que há hoje, nas escolas, uma geração de crianças e jovens advinda de contextos múltiplos de estruturação sociocultural e econômica, e não apenas familiar. Mais correto seria admitir que os modelos familiares - sempre no plural - encontram-se em estado de expansão, e não de 'desestruturação', como se acostuma alardear.

Nota-se, portanto, que famílias estão em crise, devido, também, às mudanças sociais. Os professores percebem tais momentos de crise familiar em suas práticas diárias, pois as famílias estão cada vez mais distantes dos filhos, do ensino de valores e de virtudes essenciais à vida e ao convívio em sociedade. Esse efeito causado pela falta de compromisso e acompanhamento familiar tem resultado em diversas situações negativas, como a própria indisciplina e tem trazido à tona diversas questões da área educacional. De acordo com Taille (2003, p. 64),

Dito de maneira clara: os adultos de hoje não têm mais tanta certeza de que sabem mais de que seus filhos quais os caminhos que levam à felicidade e, portanto, colocam bem menos limites. Trata-se de uma posição honesta. Mas, em alguns casos, pode também tratar-se de uma posição covarde: ao dizer aos filhos 'Façam o que vocês quiserem', alguns adultos também lhes dizem, de forma velada: 'Virem-se, não tenho nada a ver com isso'. A não colocação de limites pode tanto ser prova de humildade quanto de descompromisso em relação aos filhos e ao futuro do mundo. E verifica-se, hoje, que muitos jovens acabam se queixando da posição de seus pais e educadores: o que poderia ser interpretado como generosidade libertária acaba sendo visto por eles como simples ausência.

Compreende-se que a não colocação de limites e regras tem se tornado comum e que a extrema confiança adotada pelos pais em relação aos filhos não é benéfico. Muitos jovens têm ultrapassado os limites sociais, abrindo espaço para as drogas e para a violência gerada pela carência de afeto. A atitude liberável denota um descompromisso e desatenção aos filhos porque eles, mesmo que saibam o que é certo ou errado, ainda não estão maduros para solucionar questões interiores ou exteriores. Eles precisam de orientação, de acompanhamento até que sejam de fato capazes, primeiramente, de solucionar conflitos pessoais. De acordo com Taille (2003, p. 53): "[...] a colocação de limites, no sentido restritivo do termo, faz parte da educação, do processo civilizador e, portanto, a ausência total dessa prática pode gerar uma crise de valores, uma volta a um estado selvagem em que vale a lei do mais forte [...]".

Partindo do exposto, colocar limites é definir, mostrar que o homem é diferente, por exemplo, de um animal; é agir sabendo que a liberdade tem limites, que os direitos são concretizados quando se cumprem os deveres; é preparar para a vida e mostrar que cada um tem seu espaço e merece respeito, e que uma sociedade sem respeito, sem disciplina não é sociável.

O ato de educar x indisciplina

A escola e os pais têm desafios: educar, colocar limites, construir uma bagagem de valores que tornem os alunos e filhos cidadãos saudáveis, entre outros. Dessa maneira, determinar limites não se resume a uma atitude autoritária, mas organizada e consciente de estimular o ser humano à capacidade de reflexão e de raciocínio. Assim, a escola e a família necessitam pensar, observar, refletir, solucionar, conviver mais em sociedade e não apenas impor disciplina. A educação moral não se limita aos gestos, mas ao como falar, como direcionar o que se quer e

pensar de maneira positiva, para que a construção da harmonia social aconteça. De acordo com Taille (2003, p. 65):

Todo dilema está justamente nisto: como dar liberdade aos filhos, aos alunos, sem ser ausente? Como poupá-los de incessantes limitações sem abandonar o papel de adulto, de guia? Como colocar limites e não ser castrador e injusto? Tais são as traduções de uma das grandes perguntas educacionais de nossos tempos; e as hesitações a respeito das respostas podem ser mais uma prova de seriedade do que fraqueza; ou então mais uma demonstração de deserção do que de liberalidade. É tão fácil nutrir-se de velhas ou novas certezas e decidir, sem nuanças, colocar severamente inúmeros limites ou, pelo contrário, abdicar de vez desse papel.

Compreende-se que jovens e crianças têm ganhado espaço nas discussões da atualidade. Isso é percebido até mesmo no senso comum, quando os idosos comentam como a criação/educação da atualidade não é como a de antigamente. Tais comentários referem-se, em suma, ao fato da ampliação da liberdade de falar, de agir, da nova postura dos pais perante a educação de seus filhos, causadora involuntária de muitos males. Pode-se dizer, ainda, que os pais do século XXI estão inseridos num contexto influenciado pelos meios de comunicação e, esses meios, por diversas vezes, apresentam uma visão distorcida do que é aceito e do que não deve ser aceito.

Ao elencar limites, a família introduz o indivíduo ao sistema social, sendo que ele perceberá que faz parte de uma sociedade organizada e estruturada. Assim, no processo educacional familiar, a criança tem diferentes percepções, quando há um abandono de limites, por exemplo, ela cria conceitos incorretos, tornando-se futuramente, sujeitos passivos, agressivos, desequilibrados e frustrados. De acordo com Taille (2003, p. 86),

É evidente que a criança pode fantasiar uma severidade extrema por parte de seus genitores, quando na verdade eles são doces, tolerantes e determinados a nunca negar proteção aos filhos. Porém, por mais fantasiosa que seja, se a criança perceber que os pais não mudam em nada seu comportamento quando há infração, que nunca punem, nunca ameaçam, deixará de sentir o medo e a angústia que, num primeiro momento da vida, inspiram as boas ações. Mais ainda, se perceber que nem eles mesmos colocam regras claras, proibições, achará que tudo é permitido, que todas as ações são legítimas.

Infere-se, que o modo de agir influencia significativamente o processo educacional, a falta de rigidez e o protecionismo, não é benéfico pois, se adotado pelos pais pode desestruturar um indivíduo. Uma vez apresentados os limites, Taille (2003, p.88), postula que:

[...] como a criança não é naturalmente dotada da capacidade de dominar os próprios desejos, cabe à educação inculcar-lhe o 'espírito' de disciplina, isto é, hábitos de conduta que represem e canalizem seus desejos. 'A moral é essencialmente uma disciplina; ora, toda disciplina tem um duplo objetivo: realizar uma regulação nas condutas dos indivíduos, colocar-lhe fins determinados que limitem seus horizontes. A disciplina impõe hábitos às vontades e lhes impõe freios. Ela regula e contém'.

Contudo, é dever de quem educa propor limites, delimitar até onde se pode ir, agir, fazer, e isto não se restringe apenas à escola, mas, também, à família, que é iniciadora na determinação de limites. Aquino (2003, p.43-44), afirma que:

[...] mesmo se os educadores estivessem corretos em suas crenças, não seria o caso de a escola assumir funções do cuidado familiar. [...] à escola cabe tão-somente a prerrogativa do trabalho de (re)construção do legado cultural fazendo isso com com-

petência, o resto será consequência.

Os profissionais de ensino são pessoas que podem interferir positivamente na formação de boas posturas, embora ainda não sejam valorizados como deveriam, pois, no seu ambiente de trabalho, os professores vivenciam inúmeras situações que envolvem indisciplina. Além de cumprir seus objetivos pedagógicos, eles auxiliam os alunos a sanar problemas de convivência, entre outros.

Assim, o trabalho do educador torna-se difícil, pois, além da pluralidade, as várias personalidades e as histórias de vida que devem ser consideradas, a ele cabe o dever de ensinar tudo a todos, da melhor maneira, pois o seu saber não pode ser adquirido por um, mas pela classe, pelo menos pela sua grande maioria. Questões alheias à sala de aula muito atrapalham esse fluxo. Segundo Aquino (2003, p. 35),

[...] aconselha-se até o limite do suportável, castiga-se até o limite do aceitável, daí em diante, não restará alternativa senão a de buscar a redenção externa. É nesse movimento que se inscreve a lógica artilosa dos encaminhamentos parapedagógicos: a transferência de responsabilidade para outras esferas de especialidade (mormente, a clínica), presumidamente mais aptas no que se refere ao atendimento de um segmento desviante da clientela escolar.

Atender a essas necessidades ou aos problemas individuais dos alunos não é uma exclusiva tarefa do professor, pois sua função é disseminar saberes, conhecimentos, todavia, o educador deve ter um olhar “humano” com quem lida e educa. É, portanto, fundamental que profissionais especializados na área possam atender essas crianças, psicologicamente e socialmente. Sabe-se, pois, que os alunos trazem consigo suas particularidades, personalidade, traumas, problemas e deficiências e, na prática pedagógica, conhecer estas variantes, gera uma metodologia mais elaborada, de acordo com as reais necessidades de cada aluno. De acordo com Cunha (2008, p. 29):

Quando o professor entra em cena na vida da criança, tem diante de si um indivíduo cujos traços fundamentais do ego já estão sedimentados. Todas as vivências orais, anais, masturbatórias, todo conflito edipiano que sustenta o superego, enfim, traços fundamentais do ego e de suas relações com o id já se encontram definidos nesse momento. Recalcamentos, repressões, mecanismos de defesa do ego e de ocultamento de desejos já fazem parte da personalidade. O que pode fazer o professor então?

Adentrar nesses solos não é tarefa simples, mas uma grande e difícil ação, que muitas vezes não é feita, já que há solos impermeáveis, áridos, situações nas quais não se tem condições mínimas para um melhor trabalho do professor, a exemplo de que o profissional de ensino vive emaranhado de trabalho e não dispõe de tempo para fazer um estudo das realidades de seus alunos. A respeito das teorias de Watson e Skinner, afirma Cunha (2008, p. 38):

O comportamento, portanto, é uma resposta do organismo a algo que o impressiona a partir do exterior, os estímulos. A delimitação desses componentes como objeto de estudo deu ao comportamentalismo a denominação de E-R, estímulo-resposta, e tornou-se conhecido por conceber o ser humano como se fosse uma ‘caixa-preta’, um recipiente lacrado e indevassável sobre cujo interior nada podemos afirmar.

Dessa maneira, o comportamento relaciona-se aos estímulos e às incidências de fatos das situações vivenciadas na vida dos educandos. O exterior influencia os indivíduos. Todavia,

há diferentes teorias que formulam a relevância do meio sobre as ações do ser. De acordo com Cunha (2008, p. 43-44): “Skinner entendia que somos o resultado de interações que mantemos com o nosso ambiente. A visão de Watson era diferente, nesse ponto, ao afirmar que o indivíduo é totalmente moldável pelas influências que o cercam”. Fazer um estudo do meio que cerca o indivíduo é uma prática fundamental para se perceber as razões que levam determinados alunos a agirem da forma como agem, conhecer os pais ou responsáveis, as companhias, o que costuma fazer, auxilia no entendimento das atitudes indisciplinadas vividas dentro ou fora da sala de aula. Dessa maneira, afirma Cunha (2008, p. 49):

Às vezes o professor percebe que certas atitudes por ele assumidas a título de punição acabam por reforçar comportamentos indesejáveis - uma reação de ‘nervosismo’ do mestre costuma produzir ainda mais ‘bagunça’ entre certos alunos. Intuitivamente, o educador conclui que o esquema que vinha usando não funciona com aqueles alunos, o que significa que a história de cada indivíduo ou grupo deve ser levada em conta quando se pretende controlar o comportamento de alguém. [...] É também com base na experiência que o educador muitas vezes erra. Após ter prometido jamais ceder aos apelos das crianças para que terminem a aula mais cedo, num certo dia, por um motivo qualquer, ele cede, dizendo - como aquela mãe que dá a bala ao filho cuja birra queria extinguir - ‘mas é só hoje’.

Infere-se que diante de tão variadas e constantes situações, o educador e o educando acabam se frustrando, se estressando e acabam piorando situações com atitudes impensadas, o que ocasiona, fatalmente, casos absurdos, como agressões verbais e físicas. É como se fosse uma inversão, ou seja, o lugar de educar torna-se um lugar de violência e de desrespeito. Aquino (2003, p. 75) diz que: “[...] No entanto, as sanções não podem, jamais, ser tomadas como mecanismos de exclusão compulsória. Ao contrário, as ‘penalidades’ devem portar um caráter inclusivo e sempre de reparação ao andamento acordado pelo grupo-classe.”

As ações do professor mediante a indisciplina, não podem ser compulsivas, impensadas, pois, por vezes, para evitar a indisciplina, os professores acabam cedendo, como forma de acalmar os alunos e, como uma mãe que cede a tudo que o filho quer, acabam acostumando-os a continuarem agindo da forma errada. Assim, a sociedade e a educação tornam-se indisciplinadas.

Existe ainda a indisciplina causada pela insatisfação aos modelos pedagógicos de instituições e/ou escolas, pautados em conservadorismos arcaicos e no tradicionalismo. A não canalização, sublimação da energia de potenciais inatos que cada ser possui, muitas vezes ocasiona revoltas, inconformidades. Segundo Aquino (2003, p. 51):

Em suma, a indisciplina traduzir-se-ia numa espécie de efeito de inconformidade, por parte do aluno aos anacrônicos padrões de comportamento nos quais as escolas ainda parecem inspirar-se. Tal inconformidade é o que estaria forçando, portanto, uma transição dos modelos de organização da vida escolar. Daí a vitalidade dos embates disciplinares.

Dessa maneira, a indisciplina não está restrita, ela não advém apenas das particularidades dos alunos, mas também pelo estresse gerado pelas instituições que ainda zelam por valores pouco democráticos ou nada favoráveis ao desenvolvimento crítico dos alunos. O ato de ensinar não se delimita na transmissão de conteúdos teóricos, mas, também, no estudo de temas com focos morais e éticos relacionando o aprendizado a sua realidade. Não se pode avaliar ou julgar um aluno por matéria ou por partes, mas pela sua completude. Segundo Machado (2004, p. 132):

O professor avalia o aluno na perspectiva da matéria que leciona, e não como pessoa. A disciplina passa a ser o canal de comunicação entre os agentes: conhecemos nosso

aluno pelo seu desempenho em nossa matéria, e ele nos conhece apenas como professor de um conteúdo específico. Isso é muito pouco.

A educação necessita passar por mudanças. Não se pode agir e lecionar como em anos anteriores, mas necessita-se buscar meios favoráveis e atuais que leve ao conhecimento, despertando interesse dos alunos, melhorando o aprendizado. Eis o pensamento de Taille (2003, p. 26) a respeito dos fatos comportamentais atuais:

Uma crítica central ao ensino tradicional incidiu justamente nesse ponto: vocês desprezam, ignoram, as ideias que as crianças espontaneamente fazem do mundo, e assim não somente as humilham, passando-lhes a ideia de que são pensadores incompetentes, como violentam o processo natural de aprendizagem que se traduz pela ‘re-significação’ de ideias anteriores, e não pela mera substituição de umas por outras.

O papel do professor

A escola e os professores, por vezes, conduzem o aluno a ser mero reprodutor de ideias, não buscam alçar a criatividade, não dão o merecido espaço para que ele possa se desenvolver. Esta falta de oportunidade, de criação e acessibilidade, leva os alunos a se rebelarem de maneira agressiva. Conforme Taille (2003, p. 27):

O que frequentemente acontece é que, sem saber, o aluno acaba por misturar ideias suas com aquelas apresentadas em sala de aula, num sincretismo indesejável; ou então, como no exemplo já citado, a criança se recusa a aderir ao novo modelo porque não faz sentido para ela: responde corretamente na prova, mas ‘não acredita’ naquilo que escreve.

O conteúdo obrigatório deve ser abordado e o educando deve interagir, reagir ao que está sendo exposto e visto. O educador, em suma, necessita ter a capacidade de extrair do assunto aquilo que é de interesse do aluno, deve possibilitar a oportunidade de participar da aula democraticamente. De acordo com Aquino (2003, p. 89):

[...] devem permitir que fossem focalizados os temas que interessam ou preocupam o grupo-classe, mas, além disso, devem valer-se dessa oportunidade para desenvolver capacidades morais desejáveis e criar hábitos orientados para o fortalecimento do modo de vida democrático.

Uma vez que o aluno não pode se inserir no assunto, dialogar, argumentar, questionar, ele se sente avulso ao que está sendo proposto, ao conhecimento. Contudo, esse conhecimento não deve ficar apenas na lousa, deve fazer parte da vivência dos alunos, deve se relacionar com o dia a dia e, quando relacionado, a assimilação do conhecimento torna-se mais fácil e eficaz. Cunha (2008, p. 61) afirma que:

[...] o conhecimento só é possível quando o Sujeito [sic], aquele que irá conhecer, e o Objeto [sic], aquilo que será conhecido, relacionam-se de uma determinada maneira: o Sujeito age sobre o Objeto. [...] Ao visualizar essa concepção epistemológica na sala de aula, compreendemos que o aluno deve ser despertado para relevância daquilo que vai ser ensinado - relevância pessoal, imediata, e não simplesmente formal. De nada adianta dizer a ele, como fazem muitos professores, que aquele assunto do currículo é importante porque será útil mais tarde. Se não houver vínculos que ativem a percepção do desnível existente entre o aprendiz e o conteúdo escolar, o educando não será impulsionado a estudar aquilo. Não havendo motivação, o aluno não se posiciona de modo ativo diante da matéria. O mesmo acontece quando o professor privilegia a

passividade da criança e a leva a manter-se quieta, apenas ouvindo, como se o mundo pudesse escoar para dentro de seu cérebro por meio da audição. Sem vontade e sem iniciativa para desvendar e descobrir, não há conhecimento.

Nota-se a necessidade de se associar a teoria à prática, sendo, pois, essencial para apreensão do aprendizado. Assim, como é necessário estabelecer uma relação entre o que se explica e o que se faz, é também importante a troca de informações, o diálogo, a conversação, a fim de se chegar aos objetivos propostos. É necessário haver uma relação nesse sentido de respeito entre professores e alunos.

Dessa maneira, necessita-se vincular a prática de ensino e adequar-se às exigências, para propor aquilo que é preciso para estagnar a indisciplina. Segundo Machado (2004, p. 88):

A ação é a característica mais fundamental do modo de ser do ser humano. Não se reduz ao mero fazer, sem a consciência da palavra, que é a condição do animal; nem apenas à palavra, que inspira o fazer, mas não se amalgama com ele e é a condição da divindade. Os objetos não agem; os animais não agem, apenas reagem; o mercado não age; a História não age; a humanidade não age; as pessoas é que agem, representando papéis, e se constituindo como sujeitos no cruzamento desses papéis, e caracterizando-se como um feixe das relações sociais.

Compreende-se, então, que a prática de ensinar vai muito além da transmissão de saberes, mas a de constituir cidadãos responsáveis e saudáveis. Tentar inibir as participações dos alunos em sala de aula não é favorável para o aprendizado, nem para o comportamento. Isso pode se tornar uma revolta e gerar indisciplina. Segundo Imbernón (2011, p. 40):

[...] a formação pretende obter um profissional que deve ser, ao mesmo tempo, agente de mudança, individual e coletivamente, e embora seja importante saber o que deve fazer e como, também é importante saber por que dever fazê-lo. É difícil generalizar situações de docência já que a profissão não enfrenta problemas e sim situações problemáticas contextualizadas. Um fator importante na capacitação profissional é a atitude do professor ao planejar sua tarefa docente não apenas como técnico infalível, mas como facilitador de aprendizagem, um prático reflexivo, capaz de provocar a cooperação e participação dos alunos.

Os professores necessitam elaborar suas práticas de ensino, metodologias, e atender as necessidades dos educandos na era atual, pois, práticas e metodologias devem chamar a atenção e despertar o interesse. Para que isso aconteça, as práticas devem ser planejadas, organizadas, podendo fazer o uso da ludicidade e da criatividade do educador. O agir docente deve abranger muito mais do que o ensinar conteúdos, ele deve ir além dos portões da escola para que os alunos possam fazer a diferença na sociedade. O professor necessita de um olhar atencioso e profundo, enxergar que aquele aluno não tem apenas um nome no diário de classe, mas uma história de vida. Segundo Cunha (2008, p. 29):

Mas o professor não constrói a personalidade de seu aluno. Ele pode, sim, agir de modo a não agravar certas tendências do caráter de seu educando. Uma criança que possua autoimagem excessivamente negativa, um jovem obcecado pela ordem e pela disciplina, um aluno que agride desmesuradamente as autoridades - para ficar em extremos - são exemplos de casos que muitas vezes obtêm a confirmação de suas tendências nas atitudes do professor. Ao invés de amenizar algumas inclinações já constituídas, o professor, por descuido ou excesso de zelo, acaba fazendo recrudescer traços de personalidade que trazem sofrimento ao educando.

A forma como se tratam os alunos e como estes são orientados pode mudar os rumos da educação e os resultados observados na sociedade.

Segundo Imbernón (2011, p. 42) "o professor não deve refletir unicamente sobre sua prática, mas sua reflexão atravessa as paredes da instituição para analisar todo tipo de interesse subjacente à educação, à realidade social, com objetivo concreto de obter a emancipação das pessoas". De acordo com Cunha (2008, p. 41):

Quanto à possibilidade de controle do comportamento humano, Watson era categórico. Considerava ser possível transformar o indivíduo, por meio de educação ou de reeducação, naquilo que desejamos. É célebre sua afirmação de que poderia tomar um recém-nascido e torná-lo tanto um homem honesto quanto um marginal corrupto. O destino da pessoa dependeria tão somente dos fatores condicionantes organizados em torno dela.

Lares sem rotina, sem respeito, sem regras e limites, sem afeto, carinho, tendem a construir e edificar a indisciplina, além de caracterizar traumas e deficiências generalizadas, evoluindo para a marginalidade. Segundo Imbernón (2011, p. 33):

A função de 'propor valores' é uma tarefa educativa complexa e às vezes contraditória, já que não se obterá a formação dos indivíduos unicamente com a interação social, que apresenta aspectos muito problemáticos em uma sociedade pluralista. Ela será obtida tendo também como referência pontos de caráter ético, inerentes à natureza humana, nos quais coincidimos com outros agentes sociais que incidem nessa proposição de valores.

Outra prática fundamental para se evitar a indisciplina escolar é conscientizar os alunos quanto às obrigações e, nesse momento, o que não deve imperar são imposições, mas exposições. Sendo determinados os limites e caso as regras não sejam executadas por parte de professores, que são os exemplos, dificilmente serão cumpridas pelos alunos. De acordo com Aquino (2003, p. 67):

A disciplina escolar não é obtida por meio de regulamentos, e muito menos a partir da ameaça de punição, retaliação, banimento. Ao contrário ela é resultado tão-somente de acordos entre as partes - acordos pautados numa espécie de compromisso tácito entre elas. Um 'acordo de cavalheiros', costuma-se dizer.

Não é necessário mostrar os valores, mas suas razões, dar exemplos, adquirindo assim uma significação e conscientização maior. De acordo com Aquino (2003, p. 71) "em primeira mão, deparamos com a não consciência do valor de determinada regra. Os alunos submetem-se a ela, mas desconhecem a razão de sua legitimidade. É aí que entra o papel modulador do contrato. Sua função, por hora, é mais demonstrativa e/ou argumentativa".

Contudo, o professor não se torna passivo nesse processo, a ele cabe mediar, avaliar estas relações, além de cumprir com seus deveres. O professor necessita expor as regras, os deveres e direitos e incluir-se neles, mostrar que todos necessitam de limites, que nem todas as atitudes são cabíveis. Cunha (2008, p. 71) diz que:

[...] Eles farão sua parte se o professor cumprir com o que foi acordado. Trata-se de um momento ainda marcado pela reação às atitudes do professor. Também a relação com o campo de conhecimento será marcada pela forte presença docente, dita como fonte externa de controle. Ou seja, os alunos sabem o que deve ou não ser feito, mas quem inicia a ação e supervisiona o comportamento das regras ainda é o professor.

Compreende-se que a aquisição dos valores, da disciplina pela democracia a partir do

diálogo, do conhecimento, seja capaz de fazer com que o aprendiz seja cobrado de acordo com suas obrigações e tenha seus direitos garantidos, exercendo a cidadania através de pequenas ações diárias. Como afirma Aquino (2003, p. 52), "[...] não se democratizam relações sociais por meio de decretos, leis ou norma. A luta pela democratização se faz lentamente no dia a dia, desde que as pessoas se disponham a tal (e que antes, claro, sejam ensinadas)". De acordo com Taille (2003, p. 60):

Aliás, sem muita ou até nenhuma pressão adulta, as próprias crianças aprendem isso bem cedo e se deleitam em expandir suas capacidades dentro dos limites precisos: é o caso dos jogos. Quem já não viu uma criança de 3 anos 'brigar' com os pais por não respeitarem algumas regrinhas por elas inventadas para uma brincadeira? 'Não, papai, você tem que ficar aqui', diz ela para ordenar uma brincadeira de esconde-esconde que o genitor não leva a sério. Nessa idade, as regras ainda são simples e pouco coercitivas. Porém, quando a criança começa realmente a apreciar os jogos com regras, toda a graça da brincadeira está justamente em se manter conscienciosamente dentro dos limites por eles impostos.

Compreende-se, pois, a importância da aplicabilidade da disciplina, sendo que simples atitudes como um jogo em família, quando impostas as regras, favorecem a tomada de consciência e de responsabilidade. Dessa forma, os limites, quando bem dosados, possibilitam a conexão do homem para o bem, para o respeito mútuo. De acordo com Taille (2003, p. 61):

[...] penso que a existência de alguns limites restritivos faz parte da 'vida boa', e mais, que eles são necessários para alcançá-la e usufruí-la. E, se isso for verdade, cabe à educação ajudar as crianças a construir e valorizar tais limites. Reencontramos aqui o verbo 'colocar': ensinar uma técnica, um método, um jogo é colocar um limite.

Ao contrário do que muito se crê, a educação não é fomentada por atos ditos fora do normal, mas vinculada à realidade do aluno, sua vivência. Entretanto, é fundamental que o professor vincule, dinamize a prática diária e as metodologias, buscando sempre atrair seus alunos ao conhecimento, utilizando a criatividade e as diversas opções que a ludicidade oferece para o ensino.

Contribuições teóricas

A presente pesquisa constituiu-se a partir da pesquisa bibliográfica, focando as análises literárias e as áreas psicológicas, pedagógicas e educacionais. Teorias sobre a indisciplina também fizeram parte dos materiais utilizados, a fim de explicar as possíveis causas e consequências da indisciplina.

As obras "Limites: três dimensões educacionais", de Yves de La Taille e "Indisciplina: o contraponto das escolas democráticas", de Julio Groppa Aquino, formaram a base de estudo para esta pesquisa. O primeiro livro citado traz uma abordagem psicopedagógica sobre a imposição dos limites, como eles devem se dar e quais seus efeitos, enquanto o segundo se refere à universalidade da indisciplina escolar, casos alarmantes, além de apresentar as tendências, as causas e sugestões de como lidar com a problemática.

Taille (2003) apresenta em sua obra uma nova abordagem sobre o limite, as faces que ele assume, os pontos positivos e negativos, trazendo uma abordagem real sobre diversas instituições escolares espalhadas pelo mundo. Evidencia-se no livro a verdadeira reafirmação da instituição familiar e da influência desta sobre a vida do ser humano. Ele mostra também a essencial necessidade da colocação de limites, no ato de educar, de construir uma sociedade harmônica, pacífica e da não geração de violência.

Aquino (2003) aborda a indisciplina escolar, focando aspectos mais amplos, trazendo quantificações para suas teses. Em sua obra, ele cita não somente a participação da família no processo escolar, como também a dos professores, sendo esta, por fim, essencial. Ele releva em sua obra as consequências que a indisciplina escolar traz para o ambiente escolar, familiar e a sociedade, fazendo um paralelo com a realidade.

Além dos autores e das obras citadas, outros livros fomentaram essa pesquisa. O livro “Psicologia da educação” (CUNHA, 2008), retrata os comportamentos humanos, as teorias consagradas de Piaget, Freud, Skinner e outros, em uma abordagem da personalidade e as suposições de Cunha, autor do livro. Ele expõe as competências, as atitudes do professor como mediador, treinador, técnico para aprendizagem e principalmente para a vida, possibilitando, assim, a compreensão de que se faz importante conhecer a subjetividade de cada aluno, pois cada um é único, buscando um melhor ensino.

Imbernón (2011), em seu livro “Formação docente e formação profissional para a mudança e a incerteza”, propõe os valores construídos em sala de aula, os valores trazidos pelo educador a sua prática, o fazer pedagógico, o ensinar que não se limita a encher o quadro de atividades ou explicar apenas os conteúdos de um livro didático, muitas vezes desatualizado e restrito, mas educar moralmente e para vida. O autor fala da necessidade de uma constante formação dos profissionais, além da conscientização.

E, por fim, Machado (2004), no livro “Conhecimento e valor” foca sobre as condições de trabalho do professor, da sua lamentável realidade em termos de valorização profissional. Retrata os valores atribuídos à sociedade em seus âmbitos e a desigualdade explícita e contraditória presente no mercado de trabalho brasileiro.

Considerações finais

A indisciplina escolar, vista em sua totalidade, não se torna apenas um problema educacional, mas psicológico e social, uma vez que abarcam todas essas áreas.

Os estudos realizados por estas pesquisadoras até o momento possibilitaram uma compreensão crítica sobre tal realidade, que não é apenas nacional, mas global, sendo real a necessidade de conscientização e de atitudes positivas, uma vez que, até mesmo práticas ilícitas, como a oferta de medicamentos acontecem com certa frequência.

Pode-se concluir que a indisciplina não é causada por um único motivo, mas por muitos, que merecem um estudo e uma atenção especial, pois os seres são plurais. As influências ou as causas da indisciplina escolar inicialmente voltam ao ambiente familiar, que se encontra atualmente em crise, assim como a economia e outras áreas, já que os papéis e os modelos de família mudaram.

Hoje, os pais ou responsáveis pela criança ou adolescente se encontram em um mercado de trabalho muito competitivo, sendo, conseqüentemente, maior a cobrança por dedicação exclusiva e esses indivíduos se veem divididos entre o trabalho e suas obrigações familiares, deixando a desejar em alguma área. Outros pais se encontram nas mazelas da depressão, do estresse e acabam sublimando isso em atitudes ignorantes, em brutalidade com seus filhos, na falta do amor. Uma vez que não sabem enfrentar seus problemas, acabam culpando seus próprios filhos pelos seus fracassos e/ou problemas.

Há ainda aqueles pais que têm disponibilidade, mas não têm comprometimento com a escola, acreditam que tão somente a escola é a responsável pela educação de seus filhos e em suas casas eles se tornam apenas moradores. Outros acreditam que o filho deve ser livre para escolher e fazer o que acha que é correto, esquecendo que o adolescente ainda não possui maturidade suficiente para lidar com problemas que envolvem a sociedade. Muitos pais acreditam

que livrando seus filhos de limites, mimando-os excessivamente, criam laços de carinho que os inibirá contra qualquer prática errada ou violência. Sabe-se que tais atitudes estão completamente erradas porque estes indivíduos criarão e articularão conceitos equivocados, pensamentos egocêntricos e muitas vezes nem percebendo o desrespeito ao espaço do outro.

Entretanto, a indisciplina pode ter outras razões, podendo ser causada por práticas do professor em sala de aula, quando não há o cumprimento das obrigações docentes, do não estabelecimento de deveres e direitos e/ou pela falta de exemplo. A imposição de problemas pessoais à classe ou até mesmo o autoritarismo ditador, a falta de organização e de planejamento do educador quanto às metodologias usadas na abordagem dos conteúdos. O uso excessivo de métodos tradicionais que levam os alunos a se estabilizarem, a se resumir como copiadores e não como inventores, não estimulando a imaginação, a criatividade, a criticidade do aluno, além de não possibilitar a associação da teoria à prática, reduzindo significativamente o conhecimento também causam indisciplina.

Compreende-se que falta um olhar mais atento, consciente por grande parte dos profissionais de ensino em suas práticas, buscando possibilitar a leitura de sua classe, dos seres que a compõem e suas realidades.

Grande parte dos educadores tem consciência, ou até mesmo o sonho de mudar a lamentável realidade em que se encontra a educação, enquadrada em níveis absurdos de indisciplina e de agressões, mas, infelizmente, estes educadores encontram-se sem saída ou possibilidades, já que a educação brasileira se destaca notavelmente por suas deficiências.

Com cargas horárias que vão além de seus limites e a falta de recursos (maiormente em escolas públicas), os professores acabam deixando a desejar em seus planos de aula, em virtude da falta de tempo, da qualidade de vida e suas aulas acabam não despertando interesse, não levando a adentrar no conteúdo, pois lhe falta dinamizar e adequar o momento vivido à era da informação.

O profissional de ensino depara-se, muitas vezes, com a desmotivação, pois o seu trabalho não é valorizado como deveria e esse problema acaba refletindo na educação que é levada aos alunos. A incidência de greves e de movimentos de professores por melhores condições de trabalho são reflexos do descontentamento docente.

Além das influências familiares e do contexto escolar, a indisciplina escolar também se vincula às deficiências na aprendizagem, que podem e devem ser estudadas. O TDAH - Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade - tem se tornado frequente, afinal, a sociedade está inserida em uma efervescência de informações e cobranças. Esse transtorno, no entanto, não surgiu neste século, ele já fazia parte do contexto social, de uma forma tão complexa, que muitos educadores ousados medicavam seus alunos, a fim de manter a ordem e o silêncio. Atualmente, essa prática é inaceitável, mas não se constata a sua abolição total.

Observa-se, a partir dos recortes bibliográficos, que a indisciplina escolar é grande geradora de violências, verbais e físicas, seja entre alunos e/ou professores. Atualmente, não são raros os casos de agressões entre educador e educando vistos nos meios de comunicação, que, por muitas vezes, levaram à morte.

Este assunto não pode e não deve limitar-se às paredes da escola e/ou a este estudo, mas sim, abranger a família, e a sociedade. A família necessita fornecer a base aos seus filhos, fomentar valores, inserir a moral e a ética com a escola. A escola, além de contribuir com os valores sociais, não pode se esquecer dos conteúdos científicos, saberes que ajudam na constituição de seres conscientes com deveres e direitos, construtores e disseminadores da paz e da harmonia. Para isso, também, é essencial a participação de outros profissionais, como psicólogos, psicopedagogos e assistentes sociais, na busca da compreensão da realidade dos alunos, afinal, o comportamento humano se dá consideravelmente pelas influências que os cerca, pelos fatos e pelas questões existentes, especialmente, no ambiente familiar.

Ainda sobre as obras selecionadas para este artigo, cabe postular que elas fundamentam com criticidade e conscientização o tema da indisciplina, e demonstram o quanto se necessita buscar alternativas, e soluções, bem como é fundamental estabelecer equilíbrio e limites. Como Taille (2003) expõe em sua obra, é preciso reconhecer as consequências da indisciplina escolar; sobre a sociedade, citada por Aquino (2003), busca-se uma formação mais qualificada, científica, moral e social para os educadores, ponto relatado também por Imbernón (2011), que vê a necessidade de reconhecimento dos profissionais da área da educação, vistos como agentes transformadores, abordado por Machado (2004).

Pode-se concluir que a indisciplina escolar é um problema emergencial, que não deve ser escondido em gavetas, como arquivos, mas necessitam de discussão entre os pais, educadores, sociedade, alunos, uma vez que a educação é um dos principais pilares para o desenvolvimento e progresso do país.

Referências

AQUINO, Julio Groppa. **Indisciplina: o contraponto das escolas democráticas**. São Paulo: Moderna, 2003.

CUNHA, Marcus Vinicius da Cunha. **Psicologia da educação**. 4. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2008.

IMBERNÓN, Francisco. **Formação docente e formação profissional para a mudança e a incerteza**. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

MACHADO, Nilson José Machado. **Conhecimento e Valor**. São Paulo: Moderna, 2004.

NOFFS, Neide de Aquino. **A busca da espontaneidade na escola**. 1989. 160 f. Dissertação. (Mestrado em Educação) – Departamento de Educação, Pontifícia Universidade Católica (PUC), São Paulo, 1989.

SAVIANI, Demerval. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações**. 9. ed. Campinas: Autores Associados, 2005.

TAILLE, Yves de La. **Limites: três dimensões educacionais**. São Paulo: Ática, 2003.

Artigo recebido em 15/06/15. Aceito em 17/08/15.